

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Direcção Regional de Educação do Centro

**AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. CORREIA MATEUS**

**LEIRIA**



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS  
**DR. CORREIA MATEUS**

**PROJECTO EDUCATIVO**

**2010/2013**

## INDÍCE

INDÍCE.....	1
Nota Introdutória .....	4
ORGANOGRAMA .....	6
MISSÃO.....	7
<b>PARTE I – Caracterização e Organização do Agrupamento.....</b>	<b>8</b>
QUEM SOMOS E O QUE TEMOS.....	8
1. O meio que servimos.....	8
2 . Caracterização da População Escolar .....	9
3. Recursos Humanos .....	10
4. Instalações / Equipamentos .....	14
4.1 Edifício sede.....	14
4.2 Escolas do 1º ciclo .....	15
4.2 Escolas do 1º ciclo .....	15
5. Segurança nas Escolas do Agrupamento .....	16
6. Ofertas Educativas.....	17
6.1 Educação para a Cidadania – Projecto de Educação Sexual.....	17
6.2 Organização do Pré-escolar .....	18
6.3 Organização do 1º Ciclo do Ensino Básico .....	19
6.3.1 Flexibilização do horário curricular .....	17
6.3.2 Apoio ao Estudo .....	18
6.3.3 Critérios para constituição de turmas.....	18
6.4 Organização dos 2º e 3º Ciclos .....	21
6.5 Percursos curriculares alternativos - PCA .....	21
6.6 Cursos de Educação e Formação - CEF .....	22
7. Outros Serviços de Apoio às Aprendizagens .....	23

7.1 Biblioteca.....	23
7.2 Actividades de Enriquecimento Curricular (1º Ciclo) .....	24
7.2.1 Entidades promotoras de actividades de enriquecimento curricular.....	25
7.2.2 Componente de Apoio à Família (Jardins de Infância) .....	25
7.2.3 Educação Especial.....	26
7.2.4 Encaminhamento de alunos com dificuldades de aprendizagem .....	27
7.2.5 Desporto Escolar .....	29
8. Avaliação dos Alunos - CRITÉRIOS .....	30
9. Avaliação dos Docentes.....	31
10. Avaliação dos Assistentes Operacionais e Assistentes Técnicos.....	31
<b>II PARTE .....</b>	<b>33</b>
1. Os Nossos Desafios.....	33
2. Eixos Prioritários de Intervenção.....	35
3. Metas Educativas.....	36
3.1 Operacionalização .....	37
4. Divulgação do Projecto Educativo .....	38
5. Orçamento .....	39
<b>III PARTE .....</b>	<b>40</b>
1. Avaliação do Projecto Educativo .....	40
1.1 Divulgação da(s) avaliação(ões) do PE .....	41
1.2 Dados Estatísticos .....	42
<b>IV PARTE .....</b>	<b>45</b>
1. Anexos e Documentos Complementares .....	43

## Nota Introdutória

Com enquadramento legal no disposto da alínea a), do nº 1, do artigo 9º do Decreto-Lei nº 75/2008, de 16 de Abril, o Projecto Educativo é “o documento que consagra a orientação educativa do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o agrupamento de escolas ou escola não agrupada se propõe cumprir a sua função educativa.”

***No seu Plano de Acção o Director identifica os problemas que considerou, aquando da sua candidatura, os mais importantes e de urgente resolução: o clima da escola, a organização e comunicação, falta de tempo e recursos, o reconhecimento do sucesso, a equidade ou igualdade de oportunidades, as ligações escola-família e o apoio ao ensino e aprendizagem. Nele apresenta as estratégias de combate a estes problemas.***

***O Projecto Educativo do Agrupamento de Escolas Dr. Correia Mateus constitui, assim, um documento basilar de incontornável importância para uma definição de Escola de acordo com o Plano de Acção, no que toca à determinação e ao planeamento estratégico dos eixos prioritários de actuação, visando o cumprimento de metas claras e objectivas.***

Para além de nortear a actuação dos educadores e professores do agrupamento o Projecto Educativo serve o propósito de o apresentar à comunidade educativa mostrando as suas principais valências e relevando os aspectos que melhor caracterizam e destacam a Escola no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

É com base neste documento que se estabelecerá o Plano Anual de Actividades com os seus objectivos, as formas de organização e de programação, bem como a identificação dos recursos necessários à sua execução.

É, ainda, a partir do Projecto Educativo que se pode proceder à auto-avaliação do agrupamento, através da identificação do grau de concretização dos objectivos aí fixados.

Assim o Projecto Educativo, para 2010/2013 foi elaborado tendo como base uma política própria, atendendo à especificidade deste Agrupamento, aos seus problemas e à comunidade educativa que o integra.

Este Projecto Educativo está dividido em 4 partes fundamentais:

- A Caracterização e Organização do Agrupamento;
- Os desafios;
- A Avaliação do Projecto educativo;
- Anexos e documentos complementares

## ORGANOGRAMA



## MISSÃO

*"Uma escola não se define pelo seu nome, estatuto ou produto que faz. Define-se pela sua missão. Apenas uma definição clara da missão é razão de existir da organização e torna possíveis, claros e realistas os objectivos da escola." "Definir a missão de uma escola é difícil e arriscado, mas é só assim que se consegue estabelecer políticas, desenvolver estratégias, concentrar recursos e começar a trabalhar. É só assim que uma escola pode ser administrada, visando um desempenho óptimo."*

Peter Drucker (Adaptado)

*"Uma missão bem dirigida desenvolve nos funcionários um senso comum de oportunidade, direcção, significância e realização. Uma missão bem explícita actua como uma mão invisível que guia os funcionários para um trabalho independente, mas colectivo, na direcção da realização dos potenciais de cada um e da escola."*

Philip Kotler (Adaptado)

Imaginamos que estas citações, além de terem ajudado a responder às suas indagações, devem ter despertado a sua curiosidade sobre como se identifica a Missão da nossa escola.

Valorizar a Escola

Valorizar as Pessoas

Valorizar-se a si mesmo

## **PARTE I – Caracterização e Organização do Agrupamento**

### **QUEM SOMOS E O QUE TEMOS**

#### **1. O meio que servimos**

As Escolas e Jardins de Infância que compõem o Agrupamento de Escolas Dr. Correia Mateus estão localizadas em zonas limítrofes da cidade de Leiria e servem alunos provenientes de um meio rural, rur-urbano e urbano. Abrange as Freguesias de Leiria, Pousos e Arrabal.

A escola Sede é uma escola que se localiza muito próxima do centro de Leiria devido à grande expansão urbanística, pertencendo à freguesia dos Pousos.

É tendo em conta os diferentes contextos dos vários estabelecimentos de ensino e os diferentes públicos-alvo que surge a configuração deste projecto educativo na tentativa de responder às necessidades de toda a comunidade educativa.

O tecido social, cultural, económico e familiar que encontramos no Agrupamento é bastante heterogéneo e, na sua maioria, distante de uma cultura veiculada pela escola.

A nível social são facilmente identificados diferentes problemas. A zona limítrofe deste agrupamento é uma zona que alberga famílias com carências económicas e sociais, uma população que apresenta uma situação económica difícil e com problemas de inserção social e cultural.

Por outro lado, verificam-se também problemas resultantes do facto de os pais/encarregados de educação, terem longos períodos laborais que os impedem de apoiar, como seria desejável, os educandos na sua vida pessoal, social e escolar. Contudo, uma maioria de pais manifesta expectativas elevadas no sentido de os seus filhos obterem uma formação académica superior à escolaridade básica, acreditando que estão reunidas as condições para que este desejo se torne realidade. No entanto, estas expectativas não se reflectem nas taxas de sucesso absoluto (alunos que transitam de ano sem apresentarem dificuldades em nenhuma

área) que se encontram muito abaixo do desejável. É muito elevado o número de alunos que termina o ano lectivo com lacunas numa ou em mais disciplinas.

Na causa deste insucesso pode estar um outro problema que não pode ser ignorado, uma vez que se reflecte directamente na forma como os alunos encaram a Escola. Existe no nosso Agrupamento um número significativo de alunos provenientes de famílias disfuncionais e/ ou economicamente desfavorecidas, como é normal num tecido tão heterogéneo como o que acima foi descrito. Tendo o Agrupamento consciência desta luta desigual, nunca deixará de procurar respostas diversificadas para as diferentes necessidades, no sentido de proporcionar, a todos os níveis, condições para a construção de uma verdadeira Escola Inclusiva.

## **2 . Caracterização da População Escolar**

A população escolar do agrupamento é caracterizada, para além do que já foi descrito, por mais dois factores que merecem ser referenciados:

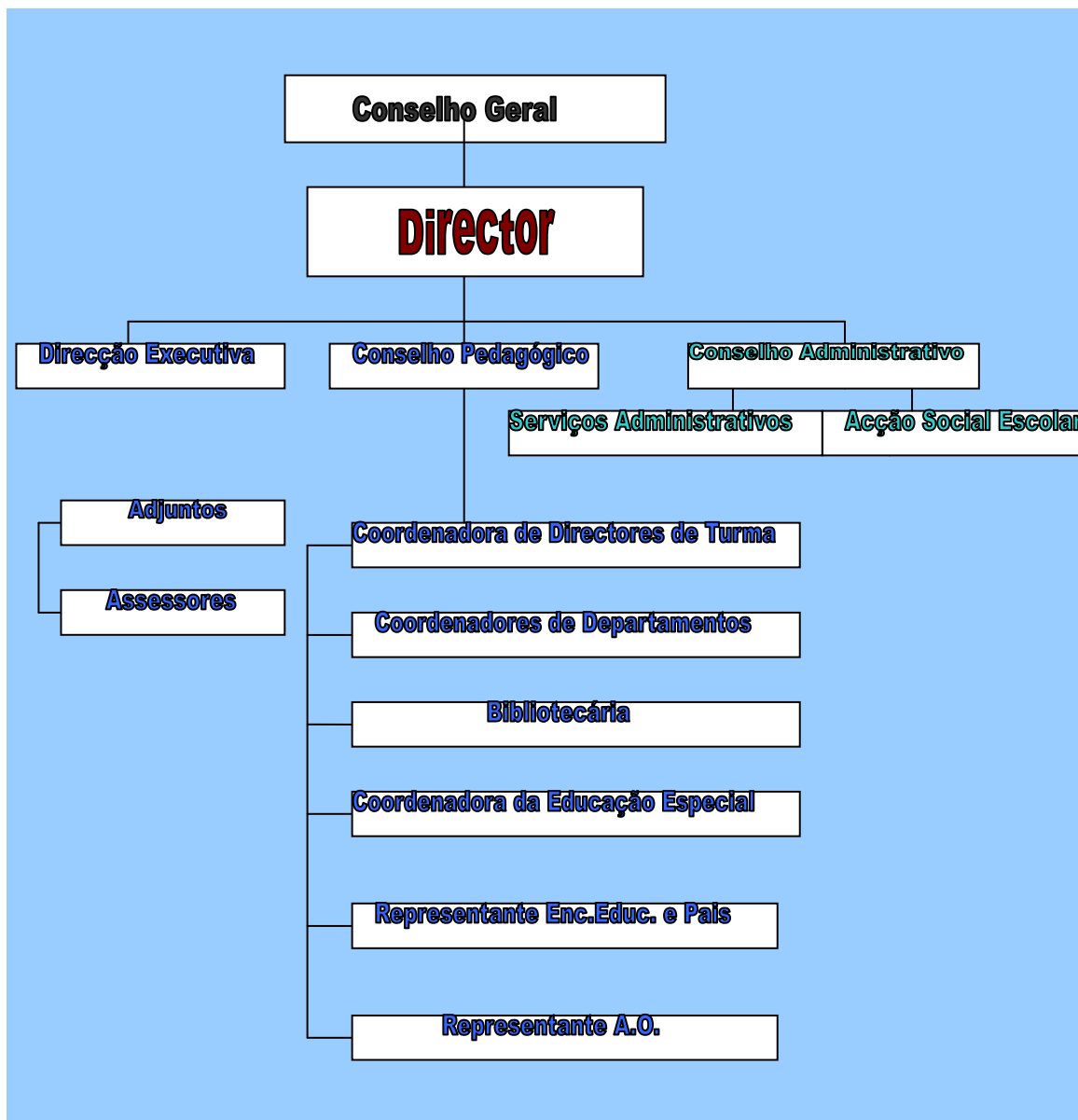
- a) Elevado número de alunos de etnia cigana – provenientes dos bairros sociais afectos à área de influência do Agrupamento;
- b) Elevado número de alunos estrangeiros, oriundos de diferentes países, podendo encontrar-se, neste Agrupamento, mais de uma dezena e meia de nacionalidades.

Para completar a caracterização da população escolar do Agrupamento importa reportarmo-nos aos números encontrados no ano lectivo 2010/2011. Assim sendo, a caracterização que se segue assenta nos dados recolhidos nas diferentes escolas. São números necessariamente variáveis mas que, de uma forma global, poderão dar uma ideia aproximada da nossa população escolar. (ver Quadros I, II e III).

O facto de estarem apresentados através de uma grelha permitirá, futuramente, a introdução de alterações, caso se venha a verificar mudanças significativas como tem vindo a acontecer com o ingresso de alunos estrangeiros, imigrantes sobretudo de países do leste europeu e do Brasil.

### 3. Recursos Humanos

#### 3.1. Fluxograma das Estruturas do Agrupamento



### 3.2. Caracterização da população escolar – Jardins de Infância – Quadro I

Jardim de Infância	ALUNOS									PESSOAL DOCENTE	PESSOAL NÃO DOCENTE	
	IDADE				SEXO		TOTAL	NEEP	EST.		A.O	TAREF.
	3	4	5	6	M	F						
Andrinos	3	11	11	0	14	11	25	1	4	1	1	0
Campo Amarelo	7	8	8	2	7	18	25	1	0	1	1	0
Pousos	11	5	5	0	7	14	21	0	1	1	1	0
Soutocico	4	4	6	2	6	10	16	0	0	1	1	0
Vidigal	3	9	8	0	11	9	20	1	3	1	1	0
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>	<b>37</b>	<b>38</b>	<b>4</b>	<b>45</b>	<b>62</b>	<b>107</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>0</b>

### 3.3. Caracterização da população escolar – Escolas 1º Ciclo – Quadro II

ESCOLAS	ALUNOS													PESSOAL DOCENTE	PESSOAL NÃO DOCENTE	
	IDADE								SEXO		TOTAL	NEEP	EST.		A.O.	TAREF.
	6	7	8	9	10	11	12	14	M	F						
Andrinos	16	14	7	12	0	1	0	0	28	22	50	2	4	3	1	0
Arrabal	12	11	5	7	1	0	0	0	16	20	36	1	0	2	1	0
Estrada Nacional	11	6	6	5	2	1	0	0	13	18	31	1	0	3	1	0
Courelas	30	27	20	11	3	0	0	0	39	52	91	0	2	4	2	0
Martinela	10	9	4	7	1	0	0	0	16	15	31	2	0	2	1	0
Paulo VI	12	12	9	5	4	0	1	1	20	24	44	6	10	5	2	2
Touria	21	11	9	13	1	0	0	0	33	22	55	4	0	3	2	1
Várzea	12	12	8	13	0	0	0	0	23	22	45	1	1	3	1	0
Vidigal	7	5	10	1	0	0	0	0	9	14	23	0	1	2	1	0
<b>TOTAL</b>	<b>131</b>	<b>107</b>	<b>78</b>	<b>74</b>	<b>12</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>197</b>	<b>209</b>	<b>406</b>	<b>17</b>	<b>18</b>	<b>27</b>	<b>12</b>	<b>3</b>

### 3.4. Caracterização da população escolar – 2º e 3º Ciclos - Escola sede – Quadro III

ANO DE ESCOLARIDADE	ALUNOS				PESSOAL DOCENTE					PESSOAL NÃO DOCENTE				
	N.º DE TURMAS	N.º DE ALUNOS	DEC. LEI 3/08	ESTRANGEIROS	QE	QZ	DESTACADOS		CONTRATADOS	A.T.		A.O.		
							ESCOLA	FORA		QUADRO	CONTRAT.	QUADRO	QUADRO	TAREF
5º ANO	5	106	7	11	63	6	8	2	9	4	3	11	7	3
6º ANO	5	110	6	17										
7º ANO	5	118	4	13										
8º ANO	5	94	4	7										
9º ANO	3	72	2	14										
CEF	4	43	0	8										
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>	<b>543</b>	<b>23</b>	<b>70</b>	<b>86</b>				<b>7</b>	<b>21</b>				

### 3.5. Caracterização da Evolução dos Recursos Humanos

	2007/08	2008/09	2009/10	SUCESSO		
				2007/08	2008/09	2009/10
<b>Pré-Escolar</b>	123	120	109	-----	-----	-----
<b>1.º CEB</b>	407	414	407	99 %	95 %	95 %
<b>2º/3º CEB</b>	448	389	430	91 %	92 %	89 %
<b>PCA</b>	9	35	39	89 %	80 %	97 %
<b>CEF</b>	39	38	48	97 %	84 %	73 %
<b>PIEF</b>	30	23	0	70 %	83 %	-----
<b>TOTAL</b>	<b>1056</b>	<b>1019</b>	<b>1033</b>	94 %	92 %	91 %
<b>Ens. Articulado</b>						
<b>Alunos</b>	3	24	50			
<b>Estrangeiros</b>	83	44	54 *	* 15 Nacionalidades		
<b>Etnia Cigana</b>			30			
<b>Professores</b>						
<b>Ass. Operacionais</b>	165	126	126			
	33	32	31			

## 4. Instalações / Equipamentos

### 4.1 Edifício Sede

A tipologia do edifício sede é de bloco único a que foram acrescentados dois anexos: 1 sala de alunos e 2 salas pré-fabricadas.

A Câmara Municipal de Leiria ergueu um edifício no pátio, junto à ala sul do bloco do edifício sede, onde acolherá os alunos provenientes da designada escola do 1º CEB do Paulo VI.

A área envolvente do edifício escolar é constituída por pátios de grandes dimensões onde se inserem os campos de jogos. São os pátios que servem de local de recreio aos nossos alunos. Contudo, estes pátios não possuem qualquer tipo de organização transformando-se em locais áridos, pouco atractivos e geradores de comportamentos perturbadores.

Existem alguns espaços de lazer interiores como o bar e a sala de alunos. Ambos estão apetrechados com equipamento adequado, mas esses espaços tornam-se pequenos quando as condições climáticas obrigam os alunos a concentrarem-se dentro do edifício.

Para além dos espaços específicos mais tradicionais (como sejam as salas de Educação Visual e Tecnológica e os laboratórios de Ciências e Físico-Químicas), que têm vindo a ser melhorados, a Escola criou ainda outros espaços pedagógicos “especializados”. Referimo-nos ao centro de recursos, que é composto pela biblioteca, sala de TIC e gabinete/arquivo.

Existe, ainda, uma outra sala, situada atrás do bar, que se destina ao funcionamento da Unidade de Multideficiência.

Todos estes espaços estão, neste momento, apetrechados, dentro do possível, com os equipamentos adequados às funções que neles se realizam.

## **4.2 Jardins de Infância**

No agrupamento existem 5 Jardins de Infância, 4 na freguesia de Pousos (Andrinos, Campo Amarelo, Pousos e Vidigal) e 1 na freguesia de Arrabal (Soutocico).

Os Jardins de Infância encontram-se a funcionar em salas adaptadas com razoáveis condições físicas, à excepção do Jardim de Soutocico que foi construído de raiz.

Os Jardins de Infância de Andrinos e Vidigal estão integrados em edifícios do 1º CEB.

De todos estes estabelecimentos apenas o Jardim de Infância de Soutocico dispõe de espaço coberto.

O material disponível é diversificado e está adequado ao desenvolvimento das actividades pedagógicas.

Todos os Jardins de Infância estão equipados com material audiovisual e informático. Apenas os que estão integrados nas Escolas do 1º CEB dispõem de ligação à Internet. A Biblioteca/Centro de Recursos do Agrupamento disponibiliza Baús com livros e software educativo.

## **4.3 Escolas do 1º ciclo**

Dos doze estabelecimentos de ensino Pré-Escolar e 1.º CEB que compõem o Agrupamento de Escolas Dr. Correia Mateus, (ver Anexo I) apenas os alunos

que frequentam a Escola do 1º CEB Dr. Correia Mateus se podem deslocar, sem transporte, à escola sede para usufruir de todos os seus recursos.

As escolas do 1º ciclo mantêm, de uma maneira geral, um razoável estado de conservação com excepção de 3 edifícios onde haverá necessidade de intervenção urgente (ver Quadro IV). Quanto ao material disponível é considerado adequado e diversificado.

Existem dois Centros Educativos, da Touria e do Arrabalde, estando em fase de acabamento o terceiro centro, junto à escola sede. Estes centros oferecem boas condições de trabalho, estando apetrechados com materiais ajustados a novas práticas pedagógicas.

Relativamente às outras escolas, apesar de apetrechadas com fotocopiadora e retroprojectores ou scanners, já sentem a necessidade de outro tipo de equipamento.

## **5. Segurança nas Escolas do Agrupamento**

Ao nível de aspectos mais voltados para a Segurança, tanto na gestão de equipamentos, como na sua segurança, a Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho, que altera a Lei n.º 113/91, de 29 de Agosto – Lei de Bases da Protecção Civil – veio consagrar a importância de alguns princípios fundamentais inscritos na Constituição da República (direito à vida, integridade física e bem estar das populações, defesa do ambiente e do património, etc.), nomeadamente em situações de acidente grave, catástrofe ou calamidade, e expressar que a política de protecção civil é uma actividade do Estado e dos Cidadãos.

O Decreto-Lei n.º 414/98, de 31 de Dezembro, define o Regulamento de Segurança contra incêndios em Edifícios Escolares. Para além da construção e dos equipamentos adequados, é necessário dotar o estabelecimento de ensino de mecanismos auto-reguladores que previnam os bens da escola e da comunidade escolar em caso de acidente, catástrofe ou calamidade e salvguarde as vidas de todos os intervenientes no estabelecimento de ensino em situações de emergência, resultantes de acidentes mais prováveis.

Neste contexto, apesar do Director ser o responsável máximo pela Segurança das pessoas do serviço, um Delegado de Segurança da Escola dirige

e organiza os trabalhos inerentes à implementação de um Plano que garanta a segurança de toda a comunidade educativa.

## **6. Ofertas Educativas**

### **6.1- Educação para a Cidadania**

Para formar cidadãos conscientes, responsáveis e participativos numa sociedade democrática e visando o combate à violência, às desigualdades económicas e sociais, à injustiça, à desumanização das sociedades competitivas e consumistas, à destruição do património colectivo, à defesa do meio ambiente, a escola estará aberta à promoção de projectos. De entre estes torna-se obrigatória a Educação para a Saúde, Educação Sexual através de aprendizagens que visem a consecução dos seguintes objectivos:

- a) Facilitar o desenvolvimento nas crianças e adolescentes de competências psicossociais;
- b) Desenvolver habilidades/capacidades para viver com saúde;
- c) Adquirir conhecimento significativo em áreas específicas de saúde:
  - Alimentação e Actividade Física;
  - Consumos de Substâncias Psicoactivas;
  - Sexualidade;
  - Infecções sexualmente transmissíveis;
  - Violência Escolar;

A intervenção na área da Educação para a Saúde e Educação Sexual desenvolve-se em cada turma nas áreas curriculares disciplinares e não disciplinares. Os conteúdos e as próprias metodologias disciplinares são organizadas de forma transversal no Projecto Curricular de Turma.

De seguida apresentam-se os modelos de organização específicos de cada um dos níveis de ensino do Agrupamento.

## 6.2 Organização do Pré-escolar

No agrupamento existem 5 Jardins de Infância, 4 na freguesia de Pousos (Andrinos, Campo Amarelo, Pousos e Vidigal) e 1 na freguesia de Arrabal (Soutocico).

Como já foi referido os Jardins de Infância encontram-se instalados em edifícios com boas condições físicas. Contudo, a maioria não tem espaços exteriores cobertos.

Os Jardins de Infância de Andrinos e Vidigal funcionam nos edifícios do 1.º CEB.

O material disponível é diversificado e está adequado à actividade pedagógica. Todos os Jardins de Infância estão equipados com material audiovisual e informático, no entanto continuam a verificar-se algumas dificuldades na ligação à Internet. Regularmente, na Biblioteca/Centro de Recursos do Agrupamento são disponibilizados baús com livros e software educativo.

### **Constituição das turmas:**

1. Na educação pré-escolar os grupos são constituídos por um mínimo de 20 e um máximo de 25 crianças, não podendo ultrapassar esse limite, embora, quando se trate de grupo homogéneo de crianças de 3 anos de idade, não possa ser superior a 15 o número de crianças confiadas a cada educador.
2. Os grupos que integrem crianças com necessidades educativas especiais de carácter permanente, e cujo programa educativo individual assim o determine, são constituídos por 20 crianças, no máximo, não podendo incluir mais de 2 crianças nestas condições.
3. Os grupos devem ser constituídos por crianças em momentos diferentes do desenvolvimento e com saberes diversos por serem facilitadores do desenvolvimento e da aprendizagem.
4. Deve ser dada continuidade à permanência da criança no grupo. Sempre que possível, o grupo deverá manter-se durante os anos da sua frequência no Jardim.

## **6.3 Organização do 1º Ciclo do Ensino Básico**

No Agrupamento existem 9 Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico (1º CEB), 6 na freguesia de Pousos, nas localidades de Andrinos, Pousos, Touria e Vidigal) e uma na freguesia de Arrabal, nas localidades de Várzea, Arrabal e Martinela.

A “Escola do 1º ciclo” é uma organização com uma identidade própria a quem cabe materializar uma concepção do currículo que não se esgota na dimensão do saber mas que se amplia às dimensões do ser, do saber ser, do decidir, do intervir e do viver e conviver com os outros.

Tendo em conta o programa do 1.º ciclo e o currículo nacional, e para que seja possível atingir os seus objectivos centrais, foram definidos os tempos mínimos para a leccionação dos programas e o desenvolvimento dos currículos destas áreas, tendo em vista o reforço dos saberes básicos e o desenvolvimento das competências essenciais nos primeiros anos de escolaridade.

Assim, os professores destinam, no mínimo: oito horas por semana para a Língua Portuguesa, incluindo uma hora diária para a leitura; sete para a Matemática e cinco para o Estudo do Meio. O restante tempo lectivo é gerido, de forma flexível, pelos docentes, podendo ser utilizado para trabalhar as áreas das Expressões ou para reforçar as restantes áreas curriculares.

### **6.3.1 Flexibilização do horário curricular**

De acordo com o Despacho n.º 12 591/06, de 16 de Junho, “os órgãos competentes dos agrupamentos de escolas podem, desde que tal se mostre necessário, flexibilizar o horário da actividade curricular de forma a adaptá-lo às condições de realização do conjunto das actividades curriculares e de enriquecimento curricular, tendo em conta o interesse dos alunos e das famílias, sem prejuízo da qualidade pedagógica”.

A flexibilização dos horários, que deveria existir como excepção, face à diversidade de constrangimentos com os quais as entidades promotoras se deparam, em particular os relacionados com o recrutamento e gestão de recursos humanos, tornou-se uma constante. Dentro do possível seguem-se os seguintes princípios: a actividade curricular obrigatória não é interrompida, devendo as Actividades Extra Curriculares (AECs) ter lugar no início da manhã ou a seguir ao

almoço e procurar que a situação anterior ocorra, semanalmente, no menor número de dias.

### **6.3.2 Apoio ao Estudo**

O Apoio ao Estudo é uma actividade de enriquecimento curricular incluída, obrigatoriamente, nos Planos de Actividades das escolas ou agrupamentos de escolas, que não necessita de parceria com entidades promotoras, nem é objecto de comparticipação financeira. Esta actividade é, maioritariamente, assegurada pelos professores titulares de turma.

### **6.3.3 Critérios para constituição de turmas**

Na constituição das turmas devem prevalecer critérios de natureza pedagógica, competindo ao director aplicá-los no quadro de uma eficaz gestão e rentabilização de recursos humanos e materiais existentes e no respeito pela legislação em vigor.

As turmas deverão ser constituídas por 24 alunos, não sendo possível ultrapassar este número.

1. As turmas que incluam alunos de mais de dois anos de escolaridade, são constituídas por 22 alunos.
2. As turmas que integram crianças com necessidades educativas especiais de carácter permanente, e cujo programa educativo individual assim o determine, são constituídas por 20 alunos, no máximo, não podendo incluir mais de 2 crianças nestas condições.
3. Deve ser dada continuidade pedagógica, mantendo as crianças no grupo.
4. Os alunos do 4º ano em situação de retenção, havendo na escola mais do que uma turma com o mesmo ano de escolaridade, serão distribuídos pelas diferentes turmas.

## **6.4 Organização dos 2º e 3º Ciclos**

### **6.4.1. Apoio Educativo**

Os alunos do 2º e 3º Ciclos desenvolvem a sua actividade lectiva na escola sede do Agrupamento, tendo por isso ao seu dispor um conjunto de recursos materiais e humanos, capazes de responder às suas necessidades.

Os alunos podem ainda beneficiar de Apoio Educativo (AE), nos termos do disposto no Despacho n.º 19117/2008, de 17 de Julho.

Os tempos para AE são um recurso essencial que visa não só apoiar alunos com mais dificuldades de aprendizagem, mas todos aqueles que, numa ou noutra matéria, possam requerer mais tempo de trabalho ou de aprendizagem (DGRHE).

O AE, sempre que possível, deve ser prestado pelo professor titular de turma ou disciplina.

### **6.4.2. Oferta de Escola**

O Decreto-Lei nº/2001, de 18 de Janeiro, consagra a possibilidade da Escola decidir a sua oferta de 90 minutos para o 2º Ciclo e outros 90 para o 3º Ciclo. A oferta a disponibilizar pelo Agrupamento foi recentemente alvo de debate, quer nos departamentos curriculares, quer em conselho Pedagógico.

Este último, em sede de reunião, em 14 de Julho de 2010, recomendou que a Oferta de Escola do 2º CEB fosse distribuída da seguinte forma:

- a) Atribuir 45 minutos à disciplina de História no 5º ano de escolaridade;
- b) Manter a atribuição de 45 minutos, no 6º ano, à disciplina de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC);

Relativamente à Oferta de Escola no 3º CEB, foram atribuídos 90 minutos à Disciplina de Oficina de Expressão Dramática (OED).

## **6.5 Percursos curriculares alternativos - PCA**

Na sequência do que foi dito anteriormente, de modo a diversificar a oferta curricular um recurso para combater o abandono escolar, a exclusão social e assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória, o Agrupamento Dr. Correia

Mateus alocou maiores recursos humanos e materiais na criação de turmas de PCA,

Os Percursos Curriculares Alternativos (PCA) destinam-se aos alunos até aos 15 anos de idade, inclusive, que se encontrem em qualquer das seguintes situações:

- a) Ocorrência de insucesso escolar repetido;
- b) Existência de problemas de integração na comunidade escolar;
- c) Ameaça de risco de marginalização, de exclusão social ou abandono escolar;
- d) Registo de dificuldades condicionantes da aprendizagem, nomeadamente: forte desmotivação, elevado índice de abstenção, baixa auto-estima e falta de expectativas relativamente à aprendizagem e ao futuro, bem como o desencontro entre a cultura escolar e a sua cultura de origem.

O percurso curricular alternativo é concebido com base nos seguintes elementos referenciais:

- a) Caracterização do grupo de alunos que o vai frequentar;
- b) Diagnóstico das competências essenciais a desenvolver para o cumprimento do ciclo de escolaridade do ensino básico;
- c) Habilitações de ingresso.

A matriz curricular dos percursos alternativos deve assegurar a aquisição de competências essenciais definidas para cada ciclo de ensino, nomeadamente nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, acrescida de uma formação artística ou profissionalizante, de modo a permitir a permeabilidade entre percursos, a transição para outras modalidades de formação, bem como a continuidade de estudos.

## **6.6 Cursos de Educação e Formação - CEF**

Por outro lado, procurando dar resposta a outro tipo de problemática, como combater o abandono escolar precoce, o insucesso e o ingresso na vida activa sem qualificação profissional, o Agrupamento de escolas Dr. Correia Mateus tem vindo a apostar, desde 1998, em Ofertas Formativas Profissionalizantes: 9<sup>o</sup>+1, PFs, CEFs.

A aposta deste triénio visa:

1. Investir nos Cursos de Educação e Formação de Tipologia3 (T3), de modo a permitir:

- A transição, no 9ºano de escolaridade, dos alunos das turmas de PCA para turmas de Cursos de Educação e Formação T3 com uma formação profissionalizante muito forte.
- A selecção, cada vez mais criteriosa, de alunos para as turmas CEFs de acordo com o perfil desejável dos respectivos cursos.

2. Manter turmas de Tipologia 2 (T2), de acordo com as necessidades.

Cursos de Educação e Formação T3. Estes cursos têm a duração de um ano e conferem o 9º de escolaridade e uma qualificação profissional de nível 2.

Destinam-se a jovens com 15 anos que completaram o 8º ano de escolaridade ou frequentaram o 9º ano sem aproveitamento.

Cursos de Educação e Formação T2. Estes cursos têm a duração de dois anos e conferem dupla certificação (Certificação Profissional de nível II e 9º ano de escolaridade).

Destinam-se a jovens com 15 anos com o 6º ano de escolaridade, 7º ou frequência do 8º ano.

### Organização curricular

Os percursos que integram esta oferta formativa privilegiam uma estrutura curricular acentuadamente profissionalizante adequada aos níveis de qualificação visados, tendo em conta a especificidade das respectivas áreas de formação, e compreendem as seguintes componentes de formação:

- a) Componente de formação sociocultural;
- b) Componente de formação científica;
- c) Componente de formação tecnológica;
- d) Componente de formação prática.

## **7. Outros Serviços de Apoio às Aprendizagens**

### **7.1 Biblioteca**

A biblioteca, como já vimos, tem um local próprio para funcionamento. Está organizada em cinco áreas funcionais: área de acolhimento, área de leitura, consulta e pesquisa, área de leitura informal, área de audiovisuais e área informática.

A Biblioteca Escolar promove projectos e iniciativas no âmbito de actividades de apoio ao currículo formal, com o objectivo de facilitar a existência de aprendizagens diversificadas, bem como o acesso a recursos documentais e tecnológicos complementares ao estudo em contexto de sala de aula.

Os objectivos da Biblioteca Escolar integram-se nos definidos pelo Manifesto da UNESCO para as bibliotecas escolares. As suas metas podem traduzir-se nas seguintes funções: informativa, educativa, cultural e recreativa.

A biblioteca é parte integrante do processo educativo e cujos objectivos são essenciais ao desenvolvimento da literacia, da leitura, das competências de informação, do ensino-aprendizagem e da cultura. Assim a biblioteca:

- Apoia e promove os objectivos educativos definidos de acordo com as finalidades e currículo da escola;
- Cria nos alunos o hábito e o prazer da leitura, da aprendizagem e da utilização das bibliotecas ao longo da vida;
- Proporciona oportunidades de utilização e produção de informação que possibilitem a aquisição de conhecimentos, a compreensão, o desenvolvimento da imaginação e do lazer;
- Apoia os alunos na aprendizagem e utilização da informação, independentemente da natureza e do suporte;
- Trabalha com os alunos, docentes, órgão de gestão e encarregados de educação de modo a cumprir a função da escola.
- Defende a ideia de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são essenciais à construção de uma cidadania efectiva e responsável e à participação na democracia.

## **7.2 Actividades de Enriquecimento Curricular (1º Ciclo)**

O Programa de Generalização do Ensino de Inglês e de outras Actividades de Enriquecimento Curricular designadas por AEC foi criado pelo Despacho da Ministra da Educação n.º 12 591, de 16 de Junho de 2006 e regulamentado pelo

Despacho nº14460/2008, de 26 de Março, surge na sequência da experiência obtida no ano lectivo de 2005/2006 com o Programa de Generalização do Ensino do Inglês nos 3.º e 4.º anos de escolaridade.

As AEC pretendem cumprir o duplo objectivo de garantir, no espaço da escola a todos os alunos de forma gratuita, a oferta de um conjunto de aprendizagens enriquecedoras do currículo, ao mesmo tempo que se concretiza a prioridade enunciada pelo Governo de promover a articulação entre o funcionamento da escola e o fornecimento de respostas úteis no domínio do apoio às famílias.

### **7.2.1 Entidades promotoras de actividades de enriquecimento curricular**

A contratação das Entidades de Enriquecimento Curricular é desenvolvida pela Câmara Municipal de Leiria. As actividades de enriquecimento curricular desenvolvidas são planificadas em parceria com as Entidades que promovem e asseguram o seu desenvolvimento.

Apesar do carácter facultativo, as AEC constituem uma componente dos projectos educativo e curricular das escolas e agrupamentos de escolas, que visam contribuir para o desenvolvimento de competências essenciais pelos alunos, através de experiências de aprendizagens enriquecedoras.

Como tal, a articulação destas actividades com as actividades curriculares de carácter obrigatório torna-se imprescindível, com o professor titular de turma. Existe uma partilha de informação sobre os alunos e uma reflexão conjunta sobre o desenvolvimento de competências dos alunos. Há ainda alguns casos de programação de actividades e de construção de materiais conjuntos, enquadrados, muitas vezes nos projectos de escolas. Este trabalho conjunto desenvolve-se, maioritariamente, de uma forma não sistematizada através de encontros informais e de partilha de materiais nas áreas da música e da educação física.

### **7.2.2 Componente de Apoio à Família (Jardins de Infância)**

Todos os Jardins de Infância asseguram o funcionamento da componente educativa e da componente de apoio à família (serviço de almoço e prolongamento de horário). A componente de apoio à família (CAF) funciona em

salas próprias no espaço escolar, com excepção do prolongamento de horário dos Andrinos que funciona na Associação Recreativa Andrinense.

Nos Jardins de Infância de Andrinos, Campo Amarelo e Pousos houve necessidade de limitar o número de alunos a frequentar os prolongamentos de horário devido à área reduzida dos espaços onde funcionam.

### 7.2.3 Educação Especial

O grupo de Educação Especial está regulamentado e organizado pelo Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de Janeiro e de forma multidisciplinar, constituindo uma equipa com docentes especializados na área, terapeuta da fala, terapeuta ocupacional, com a colaboração de um técnico de Psicologia.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de Janeiro existem **3 modalidades de intervenção da educação especial** de actuação que passamos a descrever:

**Modalidade 1** – alunos em turmas regulares com intervenção da Educação Especial centrada em actividades das áreas específicas como: Treino Cognitivo; Treino de Linguagem; Sistemas Aumentativos de Comunicação; Actividade Motora Adaptada;

**Modalidade 2** – Intervenção nas Unidades de Apoio Especializado à Multideficiência;

Unidade do 1º ciclo – EB1 Paulo VI

Unidade do 2º e 3º Ciclos – Eb2,3 Dr Correia Mateus

Transportes: Assegurados para todos os alunos através da Câmara Municipal de Leiria e da DREC;

Salas de apoio e de estimulação e de trabalho individual para alunos com deficiências profundas (mental, motora e de linguagem) sem autonomia na marcha, na linguagem, no controle dos esfíncteres e na alimentação.

Nestas unidades os docentes acompanham os alunos às salas de aula, desenvolvem actividades de estimulação nas áreas de deficiência, prestam cuidados de higiene básicos (mudança de fraldas) e de alimentação.

Áreas Específicas de Intervenção: - Actividades de Vida Diária; Treino Sensorial; Comunicação; Actividade Motora Adaptada;

**Modalidade 3 - INTERVENÇÃO NO HOSPITAL INTERNAMENTO**

Desenvolvimento de actividades lúdicas, jogos, cantigas e outros entretenimentos, minimizando a participação dos pais no internamento das crianças. Acompanhamento no estudo em situações de internamentos prolongados. Estimulação precoce em crianças pequenas com graves problemas de desenvolvimento.

Tem sido cada vez mais evidente o aumento da incidência de alunos com dificuldades de aprendizagem, mas que não têm enquadramento no Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de Janeiro.

Estas situações necessitam de respostas adequadas, que devem ser dadas em primeiro lugar pelo docente da turma, em situação de aula e reforçar as aprendizagens nas aulas de Apoio ao Estudo com o docente da turma ou outro.

Para os alunos que se encontram nestas circunstâncias, ou noutras ainda mais indefinidas, o Agrupamento tem um conjunto de procedimentos de encaminhamento e acompanhamento dos alunos enquadrados nos Despachos Normativos número 50 /2005 e número 1/2006 e no Despacho Conjunto número 453/2004.

#### **7.2.4 Encaminhamento de alunos com dificuldades de aprendizagem**

No Agrupamento de Escolas Dr. Correia Mateus existe a consciência de que os aspectos que incidem sobre o rendimento académico dos alunos e determinam o caminho até ao êxito ou fracasso escolares se revelam, em geral, nas primeiras etapas educativas. Desde cedo, as características individuais de cada estudante, ligadas aos seus contextos de vida e ambientes sociais são uma fonte de indicadores da provável existência ou não, de dificuldades nos respectivos percursos escolares.

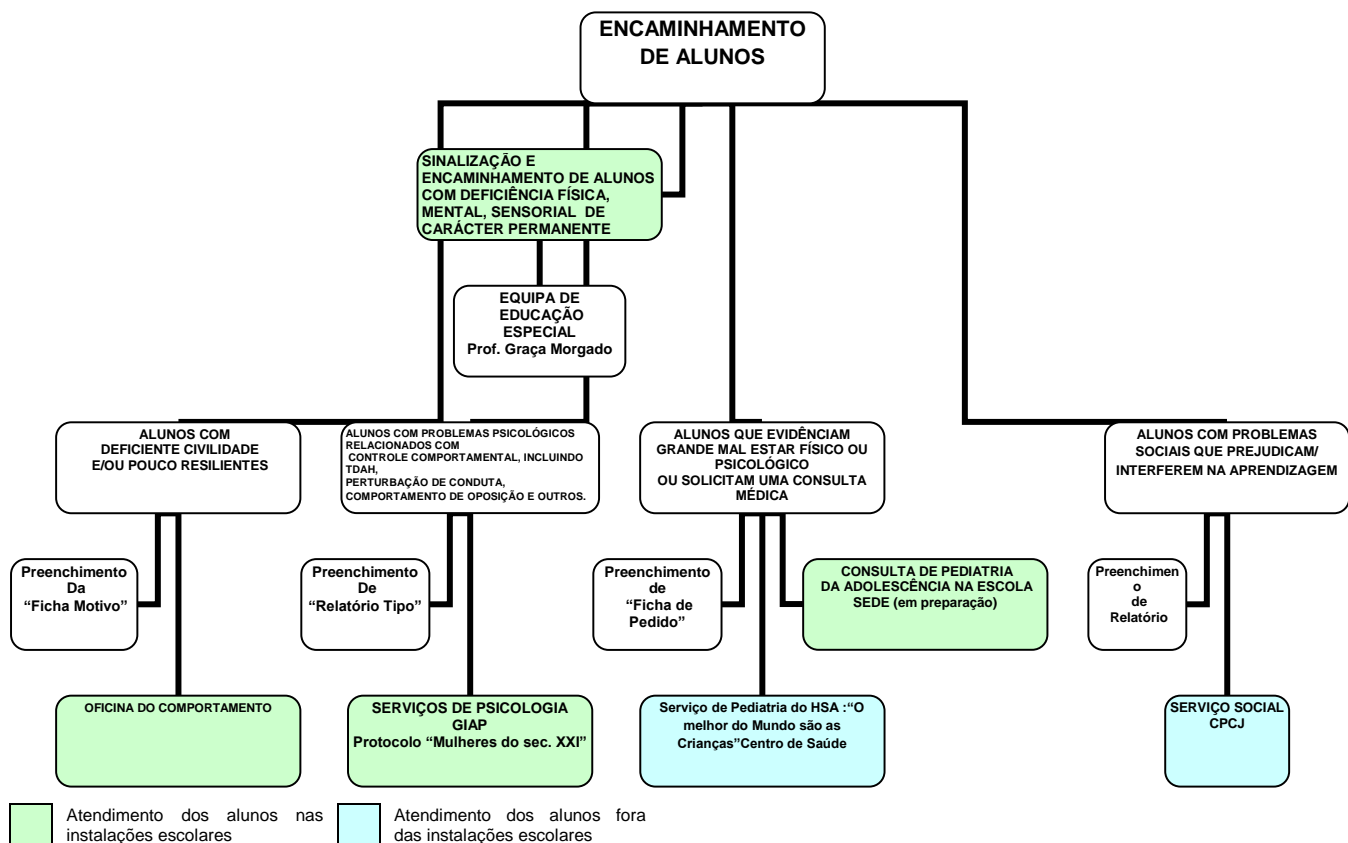
Conhecer os factores de risco a que cada criança está sujeita e intervir a tempo desde o contexto escolar é um dos melhores meios para modificar trajectórias constantes de insucesso académico. No Agrupamento, como resposta a esta necessidade, surge o mecanismo de “Encaminhamento de Alunos” centrado na origem dos factores de risco de insucesso escolar:

- nos factores de risco que, apesar de conduzirem a situações de insucesso académico, não se podem anular no contexto escolar e que

conduzem, obrigatoriamente, à intervenção de parceiros chamados a agir pela escola;

- nos factores de risco que, conduzindo ao insucesso, podem ser anulados, minorados ou prevenidos no contexto escolar e que obrigam à organização, em contexto educativo, de mecanismos pedagógicos de intervenção.

O esquema “Encaminhamento de Alunos” apresenta resumidamente o processo organizacional do referido encaminhamento que se inicia desde logo quando a criança ingressa nos Jardins-Escola ou Escolas do Agrupamento.



### 7.2.5 Desporto Escolar

A prática desportiva no Agrupamento, para além de um dever decorrente do quadro normativo vigente no sistema de ensino, constitui um instrumento de grande relevo e utilidade no combate ao insucesso escolar e de melhoria da qualidade de ensino e da aprendizagem.

Complementarmente, o Desporto Escolar promove estilos de vida saudáveis que contribuem para a formação equilibrada dos alunos e permitem o desenvolvimento da prática desportiva em Portugal.

O Projecto Anual de Desporto Escolar (DE) propõe a disponibilização aos alunos de um conjunto de modalidades desportivas que melhor se ajustam às condições da escola e que de certa forma têm encontrado melhores respostas por parte dos alunos:

Boccia – Misto / Todos os Escalões

Badminton - Misto / Todos os Escalões

Futsal - Infantis M

Futsal - Iniciados M

Basquetebol - Iniciados M

Basquetebol - Iniciadas F

Ténis de Mesa - Misto / Todos os Escalões

Xadrez - Misto / Todos os Escalões

Assim, o DE trabalha para proporcionar aos alunos um quadro de actividades desportivas que lhes permitam criar hábitos de prática desportiva indispensáveis num quadro de promoção de saúde, qualidade de vida e cidadania e ao mesmo tempo oferecer-lhes modalidades que vão ao encontro das suas expectativas, como meio de sensibilização para comportamentos disciplinados, procurando gerar um bom clima de Escola e contribuindo para melhorar os seus resultados e formar bons cidadãos.

O grupo de Desporto Escolar tem vindo a desenvolver alguns projectos com maior impacto na vida dos alunos:

- Projecto de Desenvolvimento do Basquetebol – parceria externa, na qual resultou um Protocolo com o Clube Desportivo de Soutocico;

- Parceria interna com o Clube Comenius;
- Parceria interna com a Unidade de Apoio Especializado à Multi-deficiência – Actividades de Boccia e psico-motricidade.

## 8. Avaliação dos Alunos - CRITÉRIOS

Assumindo os docentes que a escola é um “lugar de decisão” de “gestão curricular”, todos reconhecem que desta faz parte a avaliação dos alunos. Assim, foram definidos os seguintes critérios de avaliação:

### Alunos do 1º, 2º e 3º Ciclos:

- a) Competências de conteúdo e aprendizagem = 80%;
- b) Competências éticas = 20%

Existem casos em que a excepcionalidade da prática lectiva requer igual tratamento de excepção no que diz respeito a este assunto, a saber:

### Educação Física, constituindo, assim, situação de excepção:

- a) 2º CEB – competências de conteúdo e aprendizagem = 60% + Ética 40%
- b) 3º CEB – competências de conteúdo e aprendizagem = 70% + Ética 30%

### Avaliação dos alunos com Currículo Específico Individual (CEI):

- a) 50 % Saber Estar
- b) 50 % Saber Fazer

### Avaliação dos alunos da Unidade de Multificiência - (Currículo Específico Individual)

- a) 60 % Saber Estar
- b) 40 % Saber Fazer

### Avaliação: PCA

- a) 50% Competências de Conteúdo e de Aprendizagem
- b) 50% Competências de ética

## **Avaliação: CEF**

8º Ano:

- a) 50% Competências de Conteúdo e de Aprendizagem
- b) 50% Competências de ética

9º Ano:

- a) 60% Competências de Conteúdo e de Aprendizagem
- b) 40% Competências de ética

## **9. Avaliação dos Docentes**

Outros dos aspectos, não menos importante para o cumprimento de metas, é a Avaliação de Desempenho do Pessoal Docente pois constitui, nos termos da lei, uma forma de potenciar o desempenho individual, procurando garantir a melhoria dos serviços, educativos e públicos, prestados pela escola, a todos os seus utentes/utilizadores, sejam alunos, professores, pais ou colaboradores externos.

Com enquadramento específico, a existência de Avaliação de Desempenho na Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, está prevista no Decreto-Lei nº 75/2010, de 23 de Junho (ECD) e regulamentada através do Decreto-Regulamentar número 2/2010, de 23 de Junho. A Avaliação visa “identificar, promover e premiar o mérito e valorizar a actividade lectiva, representou um passo decisivo na melhoria da qualidade da escola pública, do serviço educativo e na valorização da profissão docente, através da imposição de critérios de exigência.”

## **10. Avaliação dos Assistentes Operacionais e Assistentes Técnicos**

Os Assistentes Operacionais (AO) e Assistentes Técnicos (AT) Administrativos são avaliados nos termos da Lei nº 66-B/2007, de 28 de Dezembro através do designado subsistema SIADAP 3 – que se refere ao Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Trabalhadores da Administração Pública.

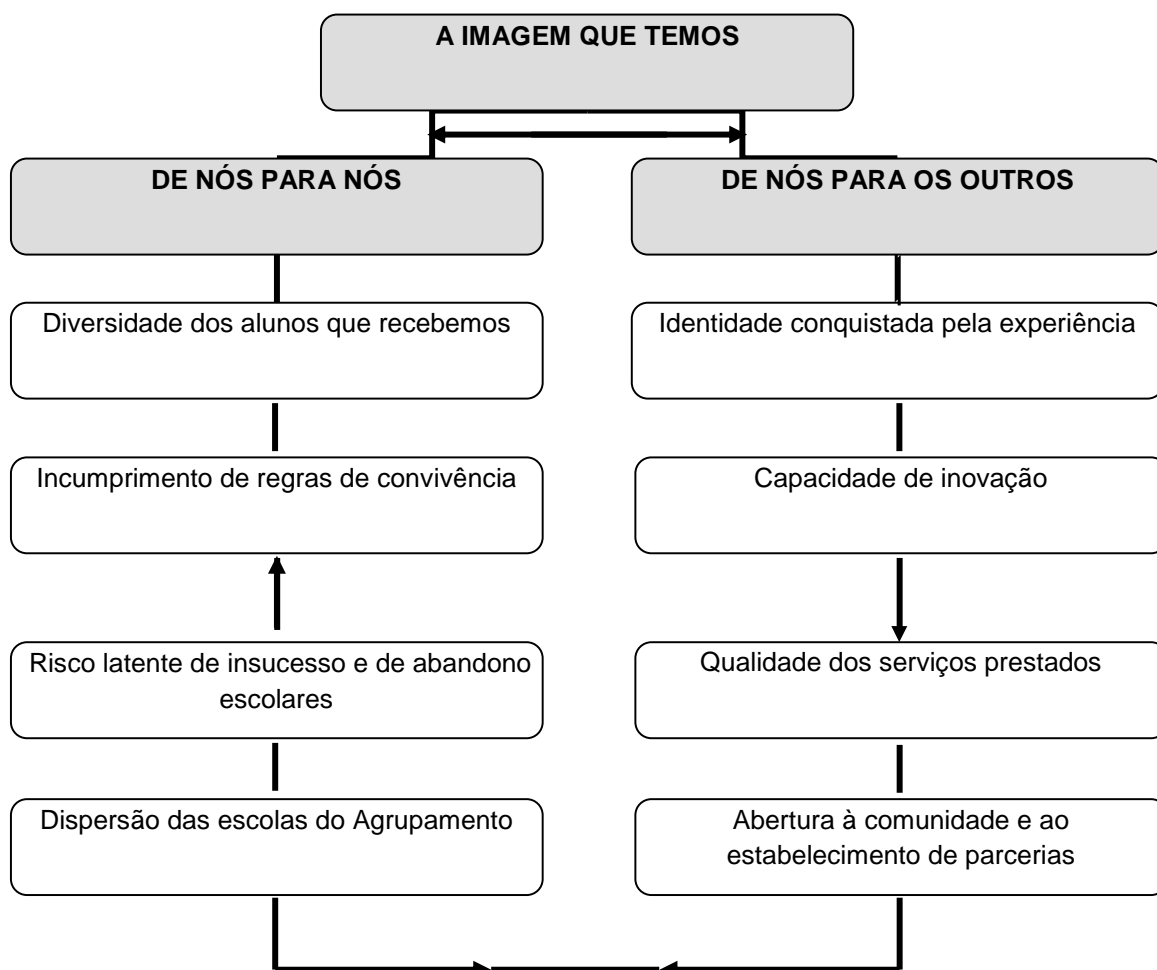
Nos termos do mesmo diploma, o SIADAP visa contribuir para a melhoria do desempenho e qualidade de serviço da Administração Pública, para a coerência e harmonia da acção dos serviços, dirigentes e demais trabalhadores e para a promoção da sua motivação profissional e desenvolvimento de competências.

## II PARTE

### 1. Os Nossos Desafios

Tomemos como verdade que não há nenhuma instituição/organização que possamos reduzir a números para, mais tarde, a partir deles, fazermos leituras e inferirmos conclusões. O Agrupamento Dr. Correia Mateus e os seus órgãos de gestão e intermédios há anos que analisam, reflectem e sistematizam questões/problema e, a partir deles, avaliam trilhos percorridos e encetam outros rumos.

É assim, nesta dinâmica do Agrupamento, que nasce a convicção de que os nossos maiores constrangimentos e, em simultâneo, o que de melhor temos para dar, se prendem com a imagem que temos de nós e com a imagem que os outros fazem de nós. Ambas as perspectivas ancoram-se em factores incontornáveis, positivos e negativos, que se encadeiam e complementam. Esta é uma convicção que sintetizaríamos da seguinte forma:



Os nossos desafios encontram-se, assim, interligados e constituem um corpo sistémico. No processo de busca de soluções, há que não perder de vista a necessidade de encontrar o equilíbrio entre um “saber-fazer” consolidado - fruto da reflexão, da implementação de estratégias, tantas vezes inovadoras, fruto também do trabalho desenvolvido na criação de materiais testados e avaliados ao longo dos anos - e a procura de outros caminhos, de outras estratégias, de mais inovação, de maior eficácia. Entenda-se por inovação também aquilo que, num determinado contexto, ainda não experimentámos, mas que pode já ter sido o fruto da pesquisa, da aplicação e da avaliação de outros. Não se tratará sempre de encontrar “coisas novas”; antes de as recuperar e melhorar, tornando-as mais eficazes em contextos diferentes. A partilha de experiências, dentro e fora do espaço do Agrupamento, torna-se essencial para a melhoria pretendida.

Trata-se de reforçar de forma positiva e visível a nossa identidade, alicerçada no trabalho que temos vindo a fazer e nas boas práticas de que temos dado conta; trata-se, também, de persistir na busca de outras soluções que nos permitam responder eficazmente aos desafios que encontrámos e que a seguir se registam e trata-se, finalmente, de dar resposta ao “Programa Educação / 2015”, do Ministério da Educação, ele próprio, em si, um enorme desafio.

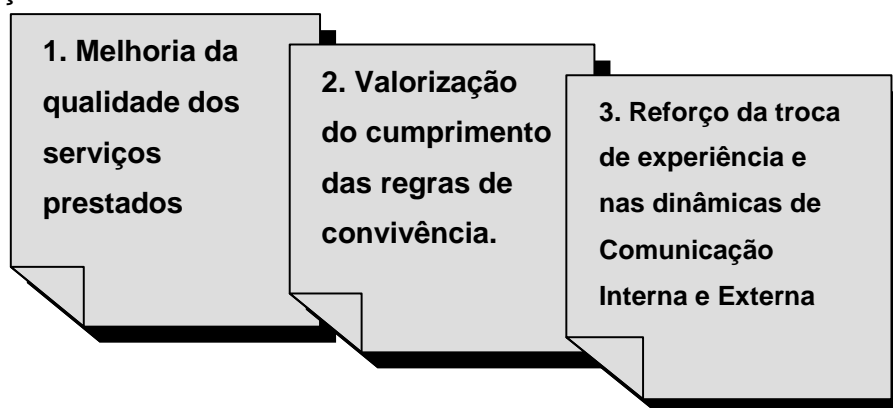
- Fomentar um ambiente de Escola que, implicando e comprometendo todos os actores pedagógicos, seja capaz de favorecer um bom desempenho no que diz respeito:
  - 1) à taxa de sucesso dos alunos, suportado nos princípios do respeito, do esforço, da responsabilidade e do espírito crítico. É nossa convicção, baseada nos inúmeros registos de docentes, não docentes e de outros elementos da comunidade educativa que da melhoria no cumprimento das regras de convivência poderá decorrer uma evolução muito positiva no sucesso escolar;
  - 2) a uma cultura de cidadania, que passe pela apropriação de conceitos e vivências e que, ancorada em princípios de responsabilidade, verticalidade e liberdade, promova a participação cívica, a sensibilidade estética e artística e práticas de civilidade;
    - 3) à prevenção de situações de abandono precoce.
- Incrementar estratégias/projectos eficazes, regularmente avaliados, com vista à integração e ao acompanhamento dos alunos, sobretudo dos que

apresentem, ainda que temporariamente, necessidades educativas específicas.

- Estimular uma efectiva articulação entre todas as escolas e jardins do Agrupamento.
- Apostar na criação de percursos alternativos de educação e de formação no sentido de, por um lado, combater o abandono escolar e de, por outro, responder às expectativas de alunos e famílias.
- Estimular a colaboração com os diversos serviços públicos que servem a comunidade.
- Incentivar a criação de parcerias através de um constante diálogo com a comunidade envolvente, numa perspectiva de alargamento de uma rede de apoios.
- Implementar formas eficazes de comunicação e de troca de experiências que proporcionem a todos a partilha e o acesso a uma informação clara, objectiva, atempada e isenta.
- Apostar na melhoria dos espaços existentes através da adequação e modernização dos recursos, sem esquecer as necessárias condições de segurança.
- Reconhecer e divulgar as boas práticas de todos os elementos da comunidade escolar como forma de incentivar a continuação do empenho e dedicação ao trabalho desenvolvido.

## 2. Eixos Prioritários de Intervenção

Tendo como principal objectivo a obtenção do sucesso escolar e pessoal dos alunos e a eliminação do abandono escolar através da elevação das suas competências básicas e níveis de formação e qualificação e conhecedores da realidade que temos e que servimos, definimos os seguintes eixos prioritários de intervenção:



### 3. Metas Educativas

O *Programa Educação/2015*, do Ministério da Educação, solicitou aos agrupamentos de escolas, para 2010/2011, ano de elaboração deste Projecto Educativo, o envolvimento na sua implementação através da criação de uma estratégia própria, adequada a cada uma das realidades, mas que tenha em vista a obtenção das metas nacionais traçadas para 2014/2015.

Estas metas são referentes a três indicadores de qualidade educativa, concretamente as provas de aferição e exames nacionais, as taxas de repetência nos vários ciclos de ensino e as taxas de desistência escolar.

Prosseguem os objectivos de melhorar as competências básicas dos alunos portugueses e assegurar a permanência no sistema dos jovens até aos 18 anos para o cumprimento da escolaridade obrigatória de 12 anos.

Tal como ficou explícito nos desafios que nos propomos travar e nos eixos prioritários que traçámos, este repto deixado pelo Ministério da Educação vem ao encontro das nossas preocupações, concretamente no que diz respeito à obtenção de maiores competências básicas e menor índice de abandono.

As taxas de retenção serão também *alvo de registo e análise anuais*, no cumprimento da solicitação ministerial, mas o Agrupamento estará mais centrado em analisar comparativamente os níveis absolutos de sucesso educativo dos nossos alunos, entendendo por sucesso educativo a transição de ano lectivo sem quaisquer níveis inferiores a três.

Para além destas áreas de avaliação, foram criados indicadores para monitorizar a melhoria no cumprimento nas regras de convivência, nossa primeira prioridade a curto e a médio prazo.

As metas serão definidas anualmente, depois de monitorizada a evolução dos resultados obtidos em cada ano e, havendo essa possibilidade, depois de comparados os resultados obtidos nas restantes escolas do concelho. A apresentação das metas definidas encontram-se no ponto denominado “Dados Estatísticos”.

### 3. 1 Operacionalização

Para concretizar, de forma eficaz, os eixos de acção anteriormente definidos é necessário arrolar outros documentos que, pelas suas características e importância, entroncam com o Projecto Educativo. Referimo-nos, em primeiro lugar, ao Plano de Intervenção do Director do Agrupamento (em anexo ao PE). Referimo-nos, igualmente, ao Regulamento Interno que deverá receber todas as alterações decorrentes da produção legislativa, nunca contrariando, contudo, as orientações do PE. Também o Plano de Actividades, anualmente elaborado no Agrupamento, deverá respeitar as linhas traçadas neste documento, a ele se fazendo reportar e dele fazendo depender as opções tomadas. Finalmente, o Plano Curricular do Agrupamento, que inclui os documentos-pilar para a operacionalização dos eixos definidos e para a obtenção das metas traçadas.

#### ☐ Melhorar a qualidade dos serviços prestados

1- Criação de um Observatório dos Serviços – equipa formada a partir da Comissão Permanente do Conselho Pedagógico para a Avaliação Interna e alargada a outros elementos do Agrupamento, com o objectivo de diagnosticar “feridas”, avaliando formativamente para, posteriormente, ajudar a sustentar a planificação estratégica do que melhor poderá servir os diversos utentes. Anualmente, a equipa, em articulação com a Direcção, delineará um plano de acção que comportará o diagnóstico de um ou dois sectores/campos de estudo e a apresentação de possíveis soluções, devidamente enquadradas do ponto de vista pedagógico/ dos recursos humanos e materiais / do orçamento;

2- Criação de um “Gabinete de comunicação” que permita a circulação e divulgação atempada de informação diversa e de actividades, junto de toda a comunidade educativa;

3- Continuação da aposta na oferta de percursos alternativos de educação e formação, adaptando-os às problemáticas e tendo em conta a sua importância no projecto de vida dos nossos jovens – turmas de percursos curriculares alternativos; turmas de ensino articulado; cursos de educação e formação; ensino especial, turmas de Multideficiência;

3.1- Monitorização do grau de eficácia dos cursos de educação e formação;

4- Criação de uma Bolsa de Apoios (1º Ciclo) com o objectivo de sustentar, ao longo do ano, duas Oficinas (uma de Língua Portuguesa e outra de Matemática) e de manter os Apoios Educativos a alunos com Planos de Recuperação ou de Acompanhamento;

☐ Valorizar o cumprimento das regras de convivência

1- Implementação de um Plano de Convivência

2- Monitorização dos resultados – acompanhamento e análise dos resultados obtidos ajustando a intervenção em função da sua avaliação

☐ Reforçar a troca de experiência e as dinâmicas de comunicação interna e externa

1- Promoção de “encontros de trabalho”, subordinados a temas pré-definidos pelo Conselho Pedagógico, de acordo com as necessidades sentidas e que visem a melhoria da prestação dos diversos intervenientes no processo educativo.

2- Dinamização de actividades, no âmbito do PAA, que favoreçam a partilha de experiências intra e inter-escolas do Agrupamento e extra-Agrupamento.

3- Reforço da rede educativa com a comunidade através da manutenção e do alargamento de parcerias junto das autarquias, empresas e instituições locais.

#### **4. Divulgação do Projecto Educativo**

Após a aprovação pelo Conselho Geral, o Projecto Educativo será disponibilizado para consulta a todos os elementos da comunidade educativa em formato papel nos Serviços Administrativos e ainda, em formato digital, na página do Agrupamento e na plataforma Moodle.

Os representantes dos vários agentes educativos responsabilizar-se-ão pela apresentação e divulgação do Projecto Educativo junto dos seus pares.

Este documento será apresentado aos alunos pelo respectivo Director de Turma/Professor titular de turma nos aspectos que considerar fundamentais tendo em conta o seu nível etário.

## 5. Orçamento

Na sua definição como Agrupamento de Escolas Dr. Correia Mateus existem alguns aspectos organizacionais que contribuem para o cumprimento das metas definidas. Assim, entende-se que seja importante saber de que forma o **Orçamento** concorre para o cumprimento de metas e objectivos definidos, tanto a nível de escola, como a nível individual.

O **Orçamento do Agrupamento** tem em conta duas fontes de financiamento distintas:

- O orçamento de estado;
- o orçamento privativo;

A aprovação e gestão do orçamento do Agrupamento, que decorre do Orçamento de Estado, tem em linha de conta esse documento e as orientações do Ministro das Finanças, bem como do Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação;

A execução orçamental do Orçamento Privativo é feita tendo em conta as orientações emanadas do Conselho Geral que inclui seguintes necessidades do agrupamento:

- a) Cumprimento do plano anual de actividades;
- b) Apetrechamento em material didáctico;
- c) Apetrechamento tecnológico;
- d) Manutenção dos espaços e equipamentos.
- e) Melhoria das condições físicas de trabalho;

### III PARTE

#### 1. Avaliação do Projecto Educativo

Sendo o Projecto Educativo uma construção colectiva que apela à participação de todos, quer como agentes dessa construção, quer como auto-reguladores da mesma, deve poder ajustar-se às exigências das realidades internas e externas, afirmando-se, deste modo, como um documento aberto a revisões e actualização de que necessitar.

A avaliação dos resultados do Projecto Educativo será feita a partir da análise das metas atingidas face às metas estabelecidas. Assim, os projectos e as actividades serão avaliados tendo em conta os contextos, os processos concretizados e os resultados atingidos. Os seus métodos serão estabelecidos de acordo com o tipo de actividade/projecto e de indicadores disponíveis podendo revestir-se de diferentes formas: questionários, diálogo aberto, fichas, relatórios.

A avaliação do Projecto Educativo deverá estar a cargo de uma equipa composta por diferentes elementos da comunidade educativa, docentes representantes do Conselho Pedagógico e do Conselho Geral, não docentes e pais/encarregados de educação. A equipa deverá ser coordenada pelo Presidente do Conselho Geral, órgão que, legalmente, aprova, acompanha e avalia a sua execução.

A avaliação do PE deverá ocorrer em 3 momentos diferentes:

- a) Anualmente – relativamente a todos os dados estatísticos alvo de fundamentação das metas a estabelecer – avaliação quantitativa;
- b) Bianualmente – relativamente aos dados que enformam os eixos prioritários definidos, concretamente o segundo e o terceiro - avaliação qualitativa;
- c) No final da vigência do PE com vista à sua reformulação.

Nos quadros seguintes sintetizam o modo como se irá desenrolar a avaliação com os indicadores, instrumentos e momentos de avaliação, quer do processo, esta uma avaliação qualitativa, quer do produto, esta uma avaliação quantitativa.

### PROCESSO – AVALIAÇÃO QUALITATIVA

Indicadores	Instrumentos	Momentos de avaliação
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Andamento e faseamento das actividades;</li> <li>- Coordenação e execução das actividades;</li> <li>- Qualidade das respostas/ intervenções dos intervenientes</li> <li>- Nível de satisfação dos alvos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Análise de documentos e registos produzidos (relatórios, actas de reuniões etc.)</li> <li>- Inquéritos curtos para complemento de informação</li> <li>- Entrevistas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Avaliação intermédia</b> Final do 1º biénio da vigência do PE</li> <li>- <b>Avaliação final</b> Final do 2º biénio</li> </ul>

### PRODUTO – AVALIAÇÃO QUANTITATIVA

Indicadores	Instrumentos	Momentos de avaliação
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Resultados em provas nacionais e no Agrupamento</li> <li>- Taxas de desistência escolar nacionais e no Agrupamento</li> <li>- Taxas de repetência nacionais e no Agrupamento</li> <li>- Taxas de incumprimento das regras de convivência</li> <li>- Taxas de conclusão dos CEF e PCA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Resultados nacionais, concelhios, por agrupamento e por escola, disponibilizados pelo ME para estudos comparativos</li> <li>- Pautas com resultados do Agrupamento</li> <li>- Registos de ocorrência disciplinar</li> <li>- Registos de processos disciplinares</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Anual (no final de cada ano lectivo)</li> </ul>

#### 1.1 Divulgação da(s) avaliação(ões) do PE

As avaliações – anuais, bianuais e finais – serão dadas a conhecer a toda a comunidade educativa, logo que sejam disponibilizadas pela equipa responsável utilizando, para tal, o(s) meio(s) naquele momento considerado(s) mais expedito(s).

## 1.2 Dados Estatísticos

Os quadros seguintes tentam dar a perceber quais são, face aos resultados já obtidos, as metas traçadas para o Agrupamento para os próximos anos lectivos.

### AVALIAÇÃO – Ano lectivo de 2010-2011

#### TAXAS DE INCUMPRIMENTO DAS REGRAS DE CONVIVÊNCIA

Ciclos de ensino	Registos de ocorrência disciplinar	Metas	Registos de Processos Disciplinares	Metas	Registos de CT disciplinares	Metas
	2009/2010	2010 / 2011	2009 / 2010	2010 / 2011	2009 / 2010	2010 / 2011
2º	30		2		2	
3º	29		2		11	

Agrupamento	Nacional			
Níveis de competências básicas	Indicadores 2009/2010		Meta para 2010/2011	Meta para 2014/2015 *
	PROVAS DE AFERIÇÃO			
	Situação Nacional*	Situação do Agrupamento		
Língua Portuguesa 4º Ano	91,3%	87%	Manter a taxa do ano anterior	95,3%
Língua Portuguesa 6º Ano	88,0%	93.75%	Manter a taxa do ano anterior	92,0%
	EXAMES NACIONAIS			
	Situação Nacional*	Situação do Agrupamento		
Língua Portuguesa 9º Ano	70,7%	72%	Manter a taxa do ano anterior	74,7%
	PROVAS DE AFERIÇÃO			
	Situação Nacional*	Situação do Agrupamento		
Matemática 4º Ano	88,4%	88%	Manter a taxa do ano anterior	92,4%
Matemática 6º Ano	76,1%	88.61%	Manter a taxa do ano anterior	80,1%
	EXAMES NACIONAIS			
	Situação Nacional*	Situação do Agrupamento		
Matemática 9º Ano	50,8%	33%	37%**	54,8%

Sucesso Educativo Absoluto	2009/2010		Meta para 2010/2011	
	Taxa de transição	Sucesso Educativo Absoluto	Taxa de transição	Sucesso Educativo Absoluto
2º Ano	92.39%	92.39%	92.39%	92.39%
3º Ano	96.93%	96.93%	96.93%	96.93%
4º Ano	93.97%	93.97%	93.97%	93.97%
5º Ano	94.69%	76.63%	94.69%	76.63%
6º Ano	94.00%	76.59%	94.00%	76.59%
7º Ano	80.19%	69.13%	80.19%	69.13%
8º Ano	94.73%	57.77%	94.73%	57.77%
9º Ano	89.28%	72.00%	89.28%	72.00%

TAXAS DE DESISTÊNCIA ESCOLAR				
Idades dos alunos	Valores nacionais 2009/2010*	Valores do Agrupamento 2009/2010	Meta para 2010/2011	Meta nacional para 2014/2015*
14 anos	1,84%	0.32%		<1%
15 anos	9,27%			<2%
16 anos	13,08%			<4%

TAXAS DE REPETÊNCIA					
Ciclos de ensino	Valores nacionais 2009/2010*	Valores do Agrupamento 2009/2010	Valores nacionais 2010/2011*	Valores do Agrupamento 2010/2011	Meta nacional para 2014/2015*
1º		4.58%		4.42%	2%
2º		5.76%		5.58%	5%
3º		11.29%		11.81%	14,9%

\* Dados disponibilizados pelo Ministério da Educação no Programa Educação / 2015 (anexo 3)

#### Fundamentação das metas definidas\*

**\*\* As turmas de 9º Ano apresentam neste ano lectivo melhores competências tanto no domínio dos conhecimentos, como no da ética. Assim, parece possível a criação de uma meta para a disciplina de Matemática no 9ºAno com um valor que ronda os 10% sobre os resultados obtidos no ano lectivo 2009/2010.**

\* A preencher se considerado necessário

## AVALIAÇÃO – Ano lectivo de 2011-2012

TAXAS DE INCUMPRIMENTO DAS REGRAS DE CONVIVÊNCIA						
Ciclos de ensino	Registos de ocorrência disciplinar	Metas	Registos de Processos Disciplinares	Metas	Registos de CT disciplinares	Metas
	2009/2010	2010 / 2011	2009 / 2010	2010 / 2011	2009 / 2010	2010 / 2011
2º						
3º						

projecto educativo do agrupamento de escola dr. correia Mateus - 2010/2013

		Agrupamento	Nacional
<b>Níveis de competências básicas</b>	Indicadores 2010/2011	Meta para 2011/2012	Meta para 2014/2015
	<b>PROVAS DE AFERIÇÃO</b>		
	Situação Nacional	Situação do Agrupamento	
Língua Portuguesa 4º Ano			95,3%
Língua Portuguesa 6º Ano			92,0%
	<b>EXAMES NACIONAIS</b>		
	Situação Nacional	Situação do Agrupamento	
Língua Portuguesa 9º Ano			74,7%
	<b>PROVAS DE AFERIÇÃO</b>		
	Situação Nacional	Situação do Agrupamento	
Matemática 4º Ano			92,4%
Matemática 6º Ano			80,1%
	<b>EXAMES NACIONAIS</b>		
	Situação Nacional	Situação do Agrupamento	
Matemática 9º Ano			54,8%

<b>Sucesso Educativo Real</b>	2009/2010		Meta para 2010/2011	
	Taxa de transição	Sucesso Educativo real	Taxa de transição	Sucesso educativo
2º Ano				
3º Ano				
4º Ano				
5º Ano				
6º Ano				
7º Ano				
8º Ano				
9º Ano				

<b>TAXAS DE DESISTÊNCIA ESCOLAR</b>				
Idades dos alunos	Valores nacionais 2010/2011	Valores do Agrupamento 2010/2011	Meta para 2011/2012	Meta nacional para 2014/2015
<b>14 anos</b>				<1%
<b>15 anos</b>				<2%
<b>16 anos</b>				<4%

<b>TAXAS DE REPETÊNCIA</b>					
Ciclos de ensino	Valores nacionais 2010/2011	Valores do Agrupamento 2010/2011	Valores nacionais 2011/2012	Valores do Agrupamento 2011/2012	Meta nacional para 2014/2015
<b>1º</b>					2%
<b>2º</b>					5%

3º					14,9%
----	--	--	--	--	-------

**Fundamentação das metas definidas\***

\* A preencher se considerado necessário

## IV PARTE

### 1. Anexos e Documentos Complementares

- Plano de intervenção do director
- Projecto Curricular do Agrupamento
- Regulamento Interno
- Plano anual de Actividades